

VYGOTSKY E A EDUCAÇÃO ESPECIAL: CONTRIBUIÇÕES DO PENSADOR BIELORRUSSO PARA A INCLUSÃO

João Vítor Sampaio de Moura¹

Resumo: É certo que a inclusão escolar representa um grande desafio. Isso ocorre porque a educação inclusiva enfrenta diversas dificuldades relacionadas a fatores como a falta de recursos, a necessidade de adequação dos métodos pedagógicos e adaptação das estruturas escolares para atender adequadamente às necessidades dos alunos com deficiência. Portanto, é essencial que se promovam estudos que apontem alternativas e soluções que possam orientar educadores, gestores e toda a comunidade escolar para que contribuam efetivamente para a inclusão, especialmente a inclusão escolar de pessoas com deficiência. Nesse sentido, o presente ensaio busca explorar as contribuições do pensador bielorrusso Lev Vygotsky (2022) para esta discussão, destacando como suas teorias sobre o desenvolvimento humano e a educação inclusiva podem oferecer fundamentos para lidar com os desafios da inclusão e promover uma educação mais equitativa e acessível.

1

Palavras-chave: Educação especial. Inclusão escolar. Vygotsky.

VYGOTSKY AND THE SPECIAL-NEEDS EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF THE BELARUSIAN THINKER TO INCLUSION

Abstract: It is true that school inclusion represents a significant challenge. This is because inclusive education faces several difficulties, such as the lack of resources and the need to adapt teaching methods and school structures to properly meet the needs of students with disabilities. Therefore, it is essential to promote studies that provide alternatives and solutions to guide educators, administrators, and the entire school community to effectively contribute to inclusion, especially the school inclusion of people with disabilities. In this sense, this essay seeks to explore the contributions of the Belarusian thinker Lev Vygotsky (2022) to this discussion, highlighting how his theories on human development and inclusive education can provide the foundations for addressing the challenges of inclusion and promoting a more equitable and accessible education.

Keywords: School inclusion. Special education. Vygotsky.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, a ideia de educação inclusiva começou a se expandir globalmente, influenciando políticas educacionais em diversos países, incluindo o Brasil. Nessa época, muitos países em desenvolvimento implementaram reformas educacionais com o objetivo de universalizar a educação básica, buscando garantir que todas as crianças, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural, tivessem acesso ao ensino. O conceito central dessas reformas era que, mesmo diante de condições distintas entre as nações, todos os países deveriam seguir um conjunto comum de diretrizes e normas, baseadas em documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), que defendia a educação de qualidade para todos, incluindo as pessoas com deficiência. Segundo Garcia

¹ Discente do curso de Doutorado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sendo bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre pelo mesmo programa e pela mesma universidade. Graduado em Letras Português-Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4179011639506808>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2792-6423>. E-mail: contatomourajvs@gmail.com.

(2004), essas diretrizes buscavam a criação de um sistema educacional acessível a todos, sem discriminação, e com a promoção da igualdade de oportunidades.

No entanto, embora o conceito de educação inclusiva seja muito abrangente e envolva a aceitação e integração de todos os alunos no ambiente escolar – independentemente de suas diferenças físicas, cognitivas, sociais ou culturais –, o foco deste ensaio está na inclusão de pessoas com deficiência, que têm necessidades educacionais específicas e enfrentam barreiras adicionais. A educação inclusiva para pessoas com deficiência não é apenas uma questão de garantir acesso físico à escola, mas envolve também adequações curriculares, metodológicas e pedagógicas para atender às necessidades de cada aluno de forma equitativa. Como observa Garcia (2004), a implementação desse modelo apresenta desafios consideráveis para as escolas, especialmente em contextos onde faltam recursos, formação adequada de professores ou estrutura de apoio. Esses desafios são concretizados no cotidiano escolar, exigindo a criação de soluções inovadoras que busquem a verdadeira inclusão e participação plena de todos os estudantes.

Embora o conceito de educação inclusiva seja relativamente recente, a educação especial possui uma trajetória histórica muito mais longa. Januzzi (2004) aponta que, já no século XII, na Bélgica, surgiu a primeira instituição dedicada ao atendimento de pessoas com deficiência intelectual, o que indica que, desde tempos antigos, já existia um esforço para lidar com as necessidades educacionais das pessoas com deficiência. No entanto, a verdadeira conscientização e sistematização da educação especial só se consolidaram no final do século XIX e início do século XX, quando começaram a surgir teorias educacionais mais desenvolvidas, voltadas para a formação de profissionais especializados e para a criação de métodos pedagógicos específicos. A partir dessa época, a educação especial passou a ser considerada uma área de estudo e prática educacional com foco na adequação do ensino para alunos com deficiência.

Um dos grandes pensadores que mais influenciaram essa área foi o psicólogo e pedagogo soviético Lev Vygotsky (1896-1934). Vygotsky dedicou boa parte de sua obra ao estudo das diferenças individuais no processo de aprendizagem e à importância do contexto social e cultural no desenvolvimento humano. Ele acreditava que o desenvolvimento intelectual não era um processo isolado, mas sim uma interação contínua entre o indivíduo e seu ambiente social. Suas ideias sobre o desenvolvimento proximal e a zona de desenvolvimento proximal (ZDP) foram fundamentais para a educação especial, pois enfatizavam a importância de ensinar de acordo com as capacidades e o potencial de cada aluno, sempre considerando as interações

sociais como um fator fundamental no processo de aprendizagem. Esse ponto de vista tornou suas teorias essenciais para a reflexão sobre práticas pedagógicas voltadas para alunos com deficiência, que necessitam de uma educação que respeite suas limitações, mas também as suas possibilidades de crescimento e desenvolvimento.

No presente ensaio, os termos educação especial e educação inclusiva não serão grafados com letras maiúsculas. Isso se deve ao fato de que, ao optar por essa convenção, busco evitar a naturalização de conceitos que, muitas vezes, carregam significados normatizados e que podem obscurecer um olhar crítico sobre as práticas educacionais. A escolha de não capitalizar esses termos reflete uma tentativa de desnaturalizar as categorias e abordagens em questão, para que possam ser analisadas sob uma ótica mais reflexiva e questionadora.

Embora o termo educação especial seja amplamente utilizado nos documentos oficiais e na literatura acadêmica para se referir a práticas educativas direcionadas a pessoas com deficiência, preferi abordar essa terminologia com uma crítica implícita. A razão para isso é que, apesar de ser um termo amplamente consagrado, o uso de especial no contexto educacional pode, em muitos casos, reforçar a ideia de que as pessoas com deficiência são diferentes de forma essencial e, por isso, necessitam de um tipo de educação "diferenciada" ou "separada". Isso pode perpetuar a segregação, em vez de fomentar a verdadeira inclusão.

Assim, ao empregar a palavra especial, procuro aqui adotar uma visão que a compreenda como "especializada", no sentido de que a educação destinada a pessoas com deficiência deve ser especializada em seus métodos e práticas pedagógicas, e não em sua separação ou exclusão do contexto educacional mais amplo. Em outras palavras, não se trata de criar uma educação "específica" para essas pessoas, mas sim de adaptar os meios e recursos para que todos, independentemente de suas diferenças, possam aprender de maneira equitativa.

A crítica ao termo especial, portanto, visa questionar as estruturas que ainda persistem em conceber a deficiência como algo que exige uma resposta educativa separada, muitas vezes excludente, em vez de uma educação inclusiva, capaz de integrar todas as pessoas, respeitando suas particularidades sem tratá-las como "exceções" ou "casos especiais". Nesse sentido, a educação inclusiva, ao contrário da especial, deve ser entendida como um princípio que busca a universalização do direito à educação, independentemente das diferenças individuais, por meio da adaptação das metodologias, do ambiente e das relações pedagógicas. Essa abordagem crítica tem como objetivo ampliar a reflexão sobre os processos educativos e incentivar a construção de um sistema que seja verdadeiramente inclusivo, no qual o respeito à diversidade e a promoção da igualdade de oportunidades sejam os pilares fundamentais.

O objetivo deste ensaio, portanto, é analisar as contribuições de Vygotsky para a educação especial e refletir sobre como suas ideias podem ser aplicadas na educação inclusiva, especialmente no que se refere à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. Ao longo do texto, será feita uma discussão inicial sobre o conceito de inclusão, com ênfase na inclusão escolar e nas práticas pedagógicas inclusivas. Em seguida, o ensaio explorará de forma mais detalhada a visão de Vygotsky sobre a aprendizagem e o desenvolvimento humano, destacando como suas teorias podem enriquecer a compreensão sobre os processos de inclusão. O texto buscará ainda entender como, a partir das contribuições vygotskianas, podemos melhorar as práticas pedagógicas voltadas para alunos com deficiência, oferecendo insights sobre as formas de promover uma verdadeira inclusão, em que o ensino seja acessível e efetivo para todos.

1 O CONCEITO DE INCLUSÃO

A palavra “inclusão” tem sido amplamente utilizada em diversos contextos, sendo progressivamente incorporada ao vocabulário acadêmico, político e social, especialmente a partir da década de 1990. Em termos gerais, a inclusão remete à ideia de integrar, incorporar e garantir a plena participação de todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças. De acordo com Garcia (2004), este é um conceito emergente que inaugura um novo paradigma social e educacional, trazendo consigo a promessa de inovação e transformação. No entanto, o conceito de inclusão também tem sido abordado de maneiras contraditórias, sendo apropriado tanto por discursos progressistas quanto conservadores, que disputam seu significado e suas implicações. Sendo assim:

Embora originado em uma perspectiva que enfatiza a manutenção social e que parece explicar as relações sociais de forma mecânica, atualmente a educação especial no Brasil é vista como uma possibilidade de superar a exclusão social e de transformar a organização social existente (Garcia, 2004, p. 24).

Essa ideia aborda uma transformação significativa no entendimento da educação especial no Brasil ao longo do tempo. Inicialmente, a educação especial estava vinculada a uma abordagem que buscava, de certa forma, manter a ordem social existente, frequentemente marginalizando as pessoas com deficiências ou necessidades específicas. Esse modelo muitas vezes tratava essas pessoas de maneira segregada, como se suas diferenças fossem um

“problema” a ser resolvido ou isolado, sem considerar o potencial de inclusão plena na sociedade.

Contudo, ao longo dos anos, a educação especial evoluiu para uma abordagem mais inclusiva, reconhecendo que as diferenças entre os indivíduos não são obstáculos, mas sim aspectos que enriquecem a sociedade como um todo. Hoje, ela é vista como uma ferramenta crucial para combater a exclusão social, pois ao incluir as pessoas com deficiências no sistema educacional regular, abre-se um caminho para sua plena participação em todos os aspectos da vida social. Nesse novo modelo, a educação especial não se limita a atender a necessidades individuais de forma isolada, mas busca transformar as estruturas educacionais e sociais para que todos, independentemente de suas limitações, possam ter acesso às mesmas oportunidades de desenvolvimento.

Essa mudança reflete uma compreensão mais ampla de que a educação não deve apenas ensinar conteúdos acadêmicos, mas também promover a inclusão, a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Nesse contexto, a educação deixa de ser um processo unidimensional, centrado apenas na transmissão de conhecimento formal, para se tornar um espaço de construção de valores sociais e humanos, como a solidariedade, o reconhecimento das diferenças e a empatia. A educação especial, portanto, se torna um instrumento de transformação social, ajudando a reconfigurar as relações sociais e culturais de modo a garantir que todas as pessoas, com ou sem deficiência, possam se integrar plenamente à sociedade, exercendo seus direitos e contribuindo de maneira significativa para o bem coletivo. Ao incorporar práticas inclusivas e adaptativas, a educação passa a reconhecer as diversas formas de aprender e se expressar, oferecendo recursos, metodologias e currículos flexíveis, que atendem às necessidades específicas de cada aluno, respeitando suas características individuais e suas trajetórias de vida.

Além disso, a educação inclusiva vai além de uma mera adaptação física e pedagógica, sendo também um processo de conscientização e sensibilização dos alunos, professores, gestores e de toda a comunidade escolar. A formação de educadores para lidar com a diversidade torna-se essencial, assim como a promoção de um ambiente escolar que seja acolhedor e livre de preconceitos. A educação deve ser vista, então, como um direito fundamental e uma ferramenta de combate à exclusão social, proporcionando a todos, independentemente de suas condições, a possibilidade de acesso igualitário ao conhecimento e à cultura. Nesse sentido, a educação inclusiva não é apenas benéfica para os indivíduos com deficiência, mas também para a sociedade como um todo, pois ela fomenta a convivência e o

respeito mútuo, prepara as futuras gerações para lidar com as complexidades do mundo moderno e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação especial, enquanto parte desse processo, também precisa ser repensada e redefinida. Ela não deve ser vista como um modelo isolado ou segregado, mas sim como uma parte integrante da educação inclusiva, que visa a plena participação de todos os estudantes, independentemente de suas limitações ou necessidades específicas. Esse movimento reflete uma mudança paradigmática, em que a diferença é entendida não como um obstáculo a ser superado, mas como uma característica legítima e enriquecedora da experiência humana. Dessa forma, a educação especial passa a ser entendida como um campo que valoriza a diversidade e busca garantir que todas as pessoas tenham acesso a um processo de aprendizagem significativo, que vá além do domínio do conteúdo acadêmico e envolva também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, de convivência, e de cidadania. A integração de pessoas com deficiência, ao lado de seus pares, contribui para a quebra de estigmas e para o fortalecimento de uma cultura de respeito à diversidade, na qual todos são valorizados e podem exercer seu pleno potencial.

Essa abordagem, no entanto, não pode ser vista como uma responsabilidade isolada das escolas ou dos educadores, mas sim como um compromisso coletivo que envolve a sociedade em sua totalidade. A inclusão exige um investimento contínuo em políticas públicas, infraestrutura adequada, formação de profissionais e conscientização social. Apenas por meio de um esforço conjunto é possível criar ambientes educativos verdadeiramente inclusivos, onde todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades, alcançar seus objetivos e participar de maneira ativa e transformadora na vida social e cultural de suas comunidades.

Mantoan (2003), por sua vez, defende que o conceito de inclusão está intimamente relacionado à ideia de garantia dos direitos humanos, sendo um princípio essencial para a construção de uma sociedade democrática e plural. A inclusão, portanto, não se limita a aspectos físicos ou espaciais, mas se refere à participação ativa e equitativa de todos os indivíduos nas esferas mais diversas da vida social, como na educação, no mercado de trabalho, na cultura, na política e na cidadania. A autora destaca que a verdadeira inclusão implica em criar as condições necessárias para que cada pessoa, independentemente de suas diferenças — sejam elas de natureza física, intelectual, étnica, religiosa ou de gênero — possa participar de forma plena e igualitária na sociedade. Isso envolve tanto a adaptação das estruturas sociais, quanto o desenvolvimento de uma cultura de respeito e valorização das diferenças.

Nesse contexto, Mantoan (2003) também enfatiza a importância de uma abordagem inclusiva no campo educacional. A educação inclusiva não se restringe à simples presença de alunos com deficiências no ambiente escolar, mas visa à adequação dos processos pedagógicos e curriculares para atender às necessidades de todos os estudantes. Isso inclui a utilização de recursos didáticos diferenciados, a formação continuada de professores e o estabelecimento de políticas pedagógicas que promovam a equidade no acesso ao conhecimento. O desafio de implementar a inclusão na educação exige não só mudanças estruturais no sistema de ensino, mas também uma profunda transformação nas atitudes e nas crenças dos educadores e da sociedade em relação à diversidade.

Entretanto, Mantoan (2003) reconhece que a inclusão não é um processo simples e imediato. Ela exige um esforço contínuo de transformação cultural, social e política. A inclusão, enquanto prática educativa e social, exige a desconstrução de estigmas, preconceitos e estereótipos que ainda permeiam as relações sociais, bem como a promoção de uma conscientização coletiva em torno dos direitos humanos e da dignidade de cada indivíduo. A implementação de políticas públicas eficazes, que garantam não apenas o acesso, mas também a participação efetiva de todos os cidadãos nas diversas dimensões da vida pública, é essencial para que a inclusão se torne uma realidade concreta.

Rodrigues (2006) também contribui para a discussão ao afirmar que a inclusão abrange um espectro mais amplo do que a simples inclusão de pessoas com deficiência. Para ele, o conceito de inclusão envolve a incorporação de todos os indivíduos, independentemente de suas diferenças, seja em termos de gênero, etnia, faixa etária, ou mesmo condições socioeconômicas. A inclusão é vista como um processo dinâmico e multifacetado, que exige uma transformação profunda e contínua das estruturas sociais, culturais e políticas, de modo a garantir que todos os cidadãos possam exercer seus direitos e participar ativamente da vida comunitária.

Nesse sentido, a inclusão não se restringe apenas à acessibilidade física, mas também ao reconhecimento e valorização das diversas identidades e experiências de vida, promovendo um ambiente que favoreça a equidade. A educação inclusiva, por exemplo, é um dos campos em que essa abordagem se materializa, buscando não apenas integrar, mas também garantir que as condições para o aprendizado e a participação sejam adequadas para todos os estudantes, sem discriminação ou exclusão.

O autor também destaca que, para que a inclusão seja efetiva, é necessário que haja um esforço conjunto das políticas públicas, da sociedade civil e das instituições, para que as barreiras sociais e estruturais sejam superadas e os espaços de convivência se tornem

verdadeiramente acessíveis a todos. Dessa forma, a inclusão é vista como um valor fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A abordagem inclusiva, portanto, deve ser compreendida como um processo abrangente e interdependente, que não se limita à adaptação de práticas educacionais, mas que implica também a revisão de normas sociais, políticas públicas e atitudes individuais. Esse processo envolve um olhar atento para as diferentes formas de marginalização e exclusão presentes na sociedade, sendo necessário um esforço coletivo para garantir que todas as pessoas possam usufruir das mesmas oportunidades e recursos.

2 VYGOTSKY E A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A obra Fundamentos de Defectologia (2022), recentemente traduzida no Brasil, traz à tona a contribuição fundamental de Lev Vygotsky para a área da educação especial. Nela, o pensador bielorrusso aborda a questão das deficiências de maneira revolucionária, desafiando modelos tradicionais de diagnóstico e intervenção. Vygotsky, em seus estudos, propõe uma abordagem mais holística e contextualizada do desenvolvimento humano, considerando a deficiência não como um ponto de déficit, mas como uma característica que, quando compreendida adequadamente, pode revelar potenciais latentes para o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo.

De acordo com Vygotsky (2022), uma das falácias dos modelos tradicionais de educação especial é sua tendência a tratar as deficiências a partir de uma perspectiva quantitativa. Essa abordagem, muitas vezes, busca classificar as deficiências em níveis ou graus, colocando-as em uma hierarquia que define o que seria “normal” ou “adequado” em termos de desenvolvimento. Para Vygotsky, essa perspectiva é reducionista e não leva em consideração a complexidade do ser humano. O conceito de “normalidade” que fundamenta esse tipo de classificação é, em sua visão, uma construção cultural e histórica que impõe limites artificiais ao entendimento da diversidade humana. Ao abordar as deficiências de maneira quantitativa, corre-se o risco de patologizar os indivíduos, tratando suas diferenças como problemas a serem corrigidos ou superados, em vez de compreendê-las como parte de uma variação natural da condição humana. Sobre isso, o autor escreve:

Uma criança cega ou surda alcança, no desenvolvimento, o mesmo que uma criança normal, então, as crianças com deficiência o alcançam de um modo diferente, por outro

caminho, com outros meios, e para o pedagogo é muito importante conhecer a peculiaridade da via pela qual ele deve conduzir a criança (VYGOTSKY, 2022, p. 38).

Por essa razão, Vygotsky propõe um modelo qualitativo de abordagem das deficiências, o que implica em um olhar mais atento e contextualizado sobre os processos cognitivos envolvidos. Para o autor, é fundamental compreender as deficiências dentro do contexto social e cultural no qual elas se manifestam, reconhecendo as diferentes formas de adaptação e aprendizado que podem surgir a partir das especificidades de cada indivíduo. Esse olhar qualitativo não busca comparar o sujeito com um ideal de "normalidade", mas foca em como ele interage com o mundo e como seus processos cognitivos podem ser estimulados e potencializados dentro de suas condições particulares.

Ao contrário de visões tradicionais que tratam a deficiência de forma isolada, Vygotsky enfatiza que o desenvolvimento humano é fundamentalmente social e interativo. O conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), um dos pilares de sua teoria, é especialmente relevante para a educação especial. A ZDP descreve a distância entre o que uma criança já é capaz de realizar de forma independente e o que ela pode alcançar com a ajuda de um mediador mais experiente, como um professor ou um colega. Para Vygotsky, é na interação social que o indivíduo, independentemente de suas limitações, pode alcançar níveis mais elevados de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo. Assim, na educação especial, a ZDP é aplicada de forma a garantir que os alunos com deficiência sejam desafiados dentro de suas capacidades, recebendo o apoio necessário para ultrapassar suas dificuldades, mas sempre respeitando seus tempos e modos de aprendizagem.

Outra contribuição relevante de Vygotsky para a educação especial é a ênfase na importância da mediação. Em seu modelo, o papel do educador não é o de um transmissor unilateral de conhecimento, mas o de um facilitador que ajuda o aluno a construir seu conhecimento através de interações sociais. Para os estudantes com deficiência, isso significa que o professor deve estar atento às suas necessidades específicas, oferecendo recursos pedagógicos diferenciados e criando um ambiente de aprendizagem que promova a participação ativa e o desenvolvimento da autonomia. Em vez de tratar a deficiência como um obstáculo, o educador vygotkiano busca maneiras de ajustar o ambiente de aprendizagem para que ele se torne acessível e estimulante para todos os alunos, independentemente de suas limitações.

Vygotsky também foi um precursor importante no reconhecimento da diversidade de habilidades cognitivas e a necessidade de adaptar a educação para que ela pudesse atender a essas variações de forma mais justa e inclusiva. Ele argumentava que a deficiência, longe de

ser uma limitação definitiva, é uma característica que, ao ser entendida e trabalhada de forma adequada, pode abrir novas possibilidades de desenvolvimento. Isso coloca em xeque a visão tradicional de que a deficiência é um estado permanente de subdesenvolvimento ou inferioridade, e sugere que a intervenção pedagógica, ao focar nas potencialidades do aluno, pode promover avanços significativos, não apenas no campo cognitivo, mas também nas esferas social e emocional.

Além disso, a teoria vygotskiana sublinha a importância da interação com o ambiente, o que inclui a participação em atividades significativas que permitam o aprendizado contextualizado. Para os alunos com deficiência, isso significa que a educação deve ser adaptada e adequada para proporcionar experiências que estimulem a construção de conhecimento em contextos reais e dinâmicos, em vez de se limitar a ambientes artificiais ou a métodos pedagógicos que não consideram as necessidades específicas desses alunos. Nesse sentido, a inclusão não é apenas um ideal de presença física, mas uma busca pela plena participação social e acadêmica de todos os indivíduos.

A proposta de Vygotsky tem implicações práticas diretas na formação de professores e no desenho das políticas educacionais para a educação especial. Ele enfatiza a importância de uma formação continuada dos educadores, que deve contemplar não apenas conhecimentos pedagógicos, mas também uma compreensão profunda da diversidade humana e das formas de mediação que são eficazes para promover o desenvolvimento de todos os alunos. A formação do professor, então, deve estar orientada para a criação de ambientes inclusivos, em que a diversidade seja vista como um recurso e não como um obstáculo.

A contribuição de Vygotsky para a educação especial é crucial para a construção de uma abordagem mais inclusiva e humanizada, que respeite as especificidades de cada indivíduo, ao mesmo tempo que o integre plenamente na vida social e educacional. Sua teoria desafia a visão tradicional de deficiência, oferecendo um olhar mais dinâmico e enriquecedor sobre as potencialidades do ser humano. Ao adotar uma perspectiva qualitativa e contextualizada, Vygotsky nos proporciona um modelo de educação que reconhece a diversidade como um valor essencial, ao mesmo tempo que promove uma educação capaz de desenvolver as habilidades e competências de todos os indivíduos, independentemente de suas condições cognitivas ou físicas.

Logo, se em tempos de Vygotsky, costumava-se compreender que as pessoas com deficiência realizavam seu desenvolvimento a partir de leis próprias (uma herança do biologismo do século XIX), para o pensador da Educação, os processos psíquicos das pessoas

com deficiência eram os mesmos, ainda que organizados de forma distinta. Essa concepção refletia uma ruptura com o modelo determinista e biologicista da época, que via a deficiência como um fenômeno essencialmente biológico e separado das demais condições humanas. Vygotsky, ao contrário, postulava que o desenvolvimento psíquico humano, independentemente das limitações sensoriais ou motoras, segue os mesmos princípios gerais, embora suas manifestações se deem de maneira distinta devido ao contexto de cada indivíduo. Sua visão implicava que todos os seres humanos compartilham as mesmas leis gerais de desenvolvimento cognitivo, sendo a diferença que, em indivíduos com deficiência, esses processos poderiam se organizar e se expressar de formas que exigem uma abordagem pedagógica adaptada e mais sensível às suas necessidades.

Na mesma obra, Vygotsky (2022) propõe a classificação das deficiências em dois tipos: primárias e secundárias. As primárias referem-se às condições orgânicas ou fisiológicas que geram a deficiência, como uma lesão cerebral, uma anomalia genética ou a perda de uma função sensorial, como a visão ou audição. Já as deficiências secundárias emergem das condições psicosociais que surgem em decorrência das limitações primárias. Por exemplo, uma pessoa com deficiência física ou sensorial, quando colocada em um ambiente segregado e com baixos estímulos educacionais, pode desenvolver uma série de dificuldades cognitivas e emocionais que são agravadas pela falta de interação social e pela marginalização. Vygotsky enfatiza que as deficiências secundárias não são inevitáveis, mas sim resultado de uma ausência de políticas públicas que incentivem a inclusão e o desenvolvimento, mostrando sua crítica à segregação e à institucionalização das pessoas com deficiência.

Essa perspectiva levou Vygotsky a criticar veementemente as práticas de segregação social, que estavam amplamente presentes na sua época, e a promover a integração das pessoas com deficiência ao contexto educacional regular. Para ele, a segregação não só limitava o desenvolvimento dessas pessoas, mas também reforçava a ideia de que elas eram incapazes de participar ativamente da sociedade. De acordo com Vygotsky (2022), o isolamento das pessoas com deficiência em escolas ou instituições especializadas, longe das interações com outras crianças e adultos, impedia que se criassem as condições necessárias para o desenvolvimento pleno dessas pessoas. Quando a sociedade, e por conseguinte a educação, não acredita nas capacidades de desenvolvimento das pessoas com deficiência, ela impede a criação de políticas públicas eficazes, o que perpetua seu isolamento e sua marginalização. Vygotsky acreditava que a inclusão não apenas era possível, mas necessária, pois a interação com outras pessoas era essencial para o desenvolvimento cognitivo e social das pessoas com deficiência.

Em relação às pessoas com deficiência visual, um tema recorrente na obra de Vygotsky, ele sugeria que a compensação das limitações impostas pela deficiência visual não deveria ser exclusivamente de ordem física ou técnica, mas principalmente social. Isso significava que a sociedade deveria criar condições para que as pessoas com deficiência visual pudessem desenvolver sua capacidade de linguagem, em particular a linguagem verbal, como uma ferramenta essencial para a comunicação e compreensão do mundo. A deficiência visual, para Vygotsky, não era uma limitação definitiva, mas uma condição que exigia adequações pedagógicas e sociais para que a pessoa pudesse acessar outras formas de conhecimento, como a linguagem falada e escrita, a percepção tátil e auditiva, entre outras. Ele entendia que, com o desenvolvimento adequado da linguagem e das habilidades cognitivas, era possível superar as limitações impostas pela falta de acesso direto à experiência visual, criando alternativas que permitissem uma compreensão rica e multifacetada da realidade.

Muito à frente de seu tempo, Vygotsky já defendia que a integração de pessoas com deficiência nas escolas regulares e em outros espaços sociais deveria ser uma prioridade, antecipando os debates contemporâneos sobre a inclusão educacional. Ele entendia que o processo de inclusão, ainda que desafiador, era fundamental para a promoção da equidade e da justiça social. Vygotsky não via a inclusão apenas como uma questão de justiça ou direitos humanos, mas como um fator essencial para o desenvolvimento humano, pois a interação entre pessoas com diferentes capacidades cognitivas e sociais cria um ambiente mais dinâmico e enriquecedor, onde todos os envolvidos, tanto os alunos com deficiência quanto os seus pares, poderiam aprender uns com os outros. Além disso, o processo de inclusão deveria ser visto como um desafio para a própria sociedade, que precisaria transformar suas estruturas educacionais, sociais e culturais para acolher a diversidade de maneira efetiva.

Vygotsky não apenas questionou as abordagens biologicistas da deficiência, mas também ofereceu um modelo pedagógico inovador, que enfatizava a importância da mediação social e da adaptação do ambiente educativo às necessidades dos alunos com deficiência. Sua crítica à segregação e sua defesa da integração refletem uma visão de educação como um processo social e inclusivo, capaz de transformar tanto os indivíduos quanto as sociedades em que vivem. Ao considerar as deficiências não como deficiências absolutas, mas como variações que exigem adaptações contextuais, Vygotsky lançou as bases para uma educação verdadeiramente inclusiva, que, ao mesmo tempo em que reconhece as limitações, busca sempre maximizar as potencialidades dos alunos.

CONCLUSÃO

O presente ensaio evidenciou a relevância da Inclusão Escolar como um elemento fundamental para o desenvolvimento integral das pessoas com deficiência. Embora o processo de inclusão enfrente diversos desafios — desde as barreiras estruturais e pedagógicas até a resistência cultural e social — é indiscutível que a inclusão contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, ao garantir o direito de acesso à educação de qualidade para todos. A abordagem defendida ao longo deste estudo, com base nas ideias de Lev Vygotsky, coloca a interação social como um dos principais motores do desenvolvimento humano, especialmente no contexto educacional. Segundo o pensador bielorrusso, os processos psíquicos dos indivíduos com deficiência não são qualitativamente diferentes dos processos de qualquer outro ser humano. Contudo, as deficiências podem demandar um olhar diferenciado, que leve em conta a necessidade de adaptação das metodologias pedagógicas, mas sem nunca desconsiderar o potencial de desenvolvimento desses sujeitos.

Ao longo do trabalho, foi possível observar que a segregação, tão comum no passado, perpetuava não só a marginalização das pessoas com deficiência, mas também limitava suas possibilidades de crescimento cognitivo, social e emocional. Vygotsky, ao contrário, defendia a integração dessas pessoas ao contexto escolar e social, argumentando que, por meio do contato e da interação com seus pares, as crianças com deficiência têm a oportunidade de desenvolver suas capacidades cognitivas, motoras e sociais de maneira plena. Esse entendimento reforça a ideia de que, ao invés de "normalizar" os alunos com deficiência segundo um modelo de "normalidade", é a própria sociedade que deve se transformar para acolher e valorizar a diversidade.

A inclusão escolar, conforme discutido, não se limita apenas à presença física dos alunos com deficiência nas escolas regulares, mas envolve um compromisso mais profundo com a criação de condições adequadas para o seu aprendizado, considerando suas especificidades. Nesse sentido, o papel do educador, segundo Vygotsky, é essencial, pois deve atuar como mediador, ajustando suas práticas pedagógicas para que todos os alunos, com ou sem deficiência, possam alcançar seu potencial máximo de desenvolvimento dentro da zona de desenvolvimento proximal. Isso implica em utilizar métodos diferenciados, recursos pedagógicos acessíveis e estratégias de ensino adequadas, garantindo que os alunos com deficiência tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem que os demais.

Além disso, a inclusão escolar, ao promover o contato constante entre alunos com diferentes necessidades e habilidades, contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde as diferenças não são vistas como obstáculos, mas como fontes de enriquecimento mútuo. Os pares, ao interagirem com os alunos com deficiência, também aprendem sobre empatia, respeito e colaboração, o que favorece o desenvolvimento de uma cultura de convivência harmônica e solidária. Esse aspecto relacional da inclusão não só beneficia os alunos com deficiência, mas também fortalece o senso de comunidade e cidadania entre todos os envolvidos no processo educacional.

A inclusão escolar deve ser vista não apenas como uma obrigação legal ou um direito social, mas como uma estratégia educativa que traz benefícios tanto para os alunos com deficiência quanto para a sociedade como um todo. Seguindo a linha de pensamento de Vygotsky, a inclusão não é uma questão de mera convivência física, mas de desenvolvimento conjunto, onde todos os sujeitos — independentemente de suas limitações — têm a oportunidade de crescer, aprender e contribuir para o bem comum. A verdadeira inclusão se dá quando a escola, a sociedade e as políticas públicas se alinham para criar um ambiente de aprendizagem acessível, respeitoso e acolhedor, que permita que todos os indivíduos, sem exceção, possam desenvolver seu potencial pleno em um contexto de igualdade de oportunidades.

Portanto, embora a implementação da inclusão escolar seja um processo complexo e repleto de desafios, ela se apresenta como uma necessidade inegociável para o avanço das práticas educacionais e sociais. Ao integrar alunos com deficiência no ambiente escolar regular, estamos não apenas cumprindo com um imperativo ético e legal, mas também criando as bases para uma sociedade mais inclusiva e justa, onde a diversidade é reconhecida e valorizada como um patrimônio coletivo. Vygotsky, com sua visão inovadora e profundamente humana, continua sendo uma referência central para a construção de um modelo educacional verdadeiramente inclusivo, que respeite as especificidades de cada aluno, mas que também busque, incansavelmente, a igualdade de oportunidades para todos.

REFERÊNCIAS

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira** (Tese de Doutorado em Educação). Florianópolis: UFSC, 2004.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

RODRIGUES, David. “Dez ideias mal feitas sobre a educação inclusiva”. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia**. Cascavel: Edunioeste, 2022.

Recebido: 03 de julho de 2025
Aceito: 23 de setembro de 2025.